

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 30

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense n.º 30, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por sete artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”, brevemente apresentados nos parágrafos seguintes.

No artigo intitulado *A indústria da moda: uso de personagens e paródia nas suas criações*, Ana Isabel Sousa Magalhães GUERRA apresenta uma análise sobre as possibilidades de utilização livre das personagens fictícias de obras audiovisuais, pelas pequenas e médias empresas do setor do têxtil e do calçado, e as formas de proceder juridicamente caso essa utilização não possa ser feita livremente.

No segundo artigo, *Autoridade de Emissão na Decisão Europeia de Investigação – Parte II*, Ana Paula GUIMARÃES, Daniela Serra CASTILHOS e Mário Simões BARATA apresentam o resultado de uma investigação que realizaram no âmbito do projeto “European Investigation Order – Legal Analysis and Practical Dilemmas of International Cooperation (EIO-LAPD)”, financiado pelo “European Union Justice Programme (2014-2020) – Grant Agreement n.º 831623. De acordo com os autores, o conceito de “autoridade judiciária” e de “autoridade de emissão” tem disputado algumas discussões e interpretações por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede da matéria do mandado de detenção europeu. Assim, uma vez transposta a Diretiva 2014/41/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, que deu lugar à Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto, e contendo esta, no seu artigo 3.º, na alínea c), o

conceito de «autoridade de emissão», os referidos autores tratam de averiguar se a interpretação daquele Tribunal se estenderia nos mesmos moldes limitativos ao mecanismo da decisão europeia de investigação, por razões atinentes à independência do Ministério Público em relação ao poder executivo.

Daniel Bessa de MELO apresenta *Breves Nótulas acerca dos Artigos 796.º e 797.º do Código Civil*, em que procura clarificar a problemática do risco perda ou deterioração da coisa numa relação contratual, a que o ordenamento jurídico português pretende dar resposta nos artigos 796.º e 797.º do Código Civil. De igual modo procura, explicando os fundamentos dessas regras e da sua articulação com o regime da transferência da propriedade, resolver dúvidas que surgem a propósito da interpretação desses artigos.

Segue-se um artigo da autoria Eduardo Pimentel de FARIAS, intitulado *Anotação sobre o jus cogens e seu recente desenvolvimento pela Comissão de Direito Internacional*. Ao fazer uma breve análise á teoria do *ius cogens*, o autor conclui que só é possível encontrar o verdadeiro conceito de *ius cogens* através da perspectiva do desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e que a adoção pela Comissão de Direito Internacional do Projeto de Conclusões sobre Normas Imperativas de Direito Internacional Geral (*ius cogens*) tem um papel decisivo no “processo de “revelação” das normas do novo Direito Internacional.

No registo dos direitos fundamentais, Fátima PACHECO apresenta um trabalho intitulado *Do âmbito de aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: em que situações estão os Estados-membros vinculados às suas disposições?* que se traduz numa reflexão sobre se o TJUE estará a expandir ou a restringir o real alcance de proteção dos direitos fundamentais da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE).

Segue-se o texto de Joaquim FREITAS DA ROCHA e Andreia BARBOSA sobre *Equívocos a propósito da laicidade do Estado (perspetiva jurídico-constitucional)*. Os autores procuram identificar os equívocos que sobre a laicidade do Estado têm vindo a ser construídos e que geram o (injustificado) pré-conceito em relação ao confessionalismo do Estado, levando à errada perceção de que a concretização do Estado de Direito e a garantia de uma sociedade desenvolvida pressupõem, necessariamente, a rutura com a igreja.

Completa a secção, o artigo de Vinicius AQUINI GONÇALVES, intitulado *A supervisão complementar de conglomerados financeiros: características e desafios*, em que é levada a cabo uma reflexão em torno da temática dos conglomerados financeiros e da fiscalização financeira prudencial, são expostas as deficiências na transposição do direito europeu (Diretiva 2002/87/CE) para o ordenamento nacional (Decreto-Lei n.º 145/2006) e referidos alguns desafios a serem enfrentados no futuro, tais como os conflitos entre o direito de supervisão complementar e o direito societário, a atuação de *shadow bankings*, a fragmentação regulatória e a necessidade de coordenação entre um grande número de agentes reguladores.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editora-Geral

Mónica Martinez de Campos

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 30

EDITORIAL

In this newest issue of the Review, the first part is, as usual, dedicated to research and comprises seven original research articles subjected to a thorough double-blind peer review.

In the article entitled *The fashion industry: use of characters and parody in their creations*, Ana Isabel Sousa Magalhães GUERRA analyses the possibilities of free use of fictional characters in audio-visual works by small and medium-sized companies in the textile and footwear sectors and discusses the legal process when this use is not possible.

In the second article, *Issuing Authority in the European Investigation Order – Part II*, Ana Paula GUIMARÃES, Daniela Serra CASTILHOS, and Mário Simões BARATA present the results of an investigation carried out within the scope of the project "European Investigation Order – Legal Analysis and Practical Dilemmas of Dilemmas of International Cooperation (EIO-LAPD)", funded by the European Union Justice Program (2014-2020) – Grant Agreement nº 831623. According to the authors, the concepts of *judicial authority* and *issuing authority* have generated some discussions and interpretations by the Court of Justice of the European Union concerning the European Arrest Warrant. Article 3º, subparagraph c) of the Directive 2014/41/EU (transposed by Portugal through Law nº. 88/2017, of August 21) expresses the concept of *issuing authority*, and the authors intend to investigate whether the interpretation of that Court would extend in the same limiting terms to the mechanism of the European Investigation Order, for reasons relating to the independence of the Public Prosecutor's Office concerning executive power.

Daniel Bessa de MELO presents *Brief Notes concerning Articles 796th and 797th of the Civil Code*, in which he seeks to clarify the issue of the risk of loss or deterioration of the good in a contractual relationship, which the Portuguese legal system aims to disentangle in articles 796th and 797th of the Civil Code. Likewise, it seeks, by explaining the basis of such rules and their harmonization with the property transfer system, to resolve certain doubts arising from the interpretation of those articles.

An article by Eduardo Pimentel de FARIAS follows, entitled *Note on jus cogens and its recent development by the International Law Commission*. After a brief analysis of the theory of *ius cogens*, the author feels that it is only possible to find the genuine concept of *ius cogens* through the perspective of the progressive development of International Law. He also believes that the adoption by the International Law Commission of the Draft Conclusions on Imperative Rules of General International Law (*ius cogens*) plays a decisive role in the process of revealing the norms of the new international law.

Remaining in the theme of fundamental rights, a work by Fátima PACHECO reflects whether the CJEU is expanding or restricting the actual scope of protection of these rights in the Charter of Fundamental Rights of the European Union (CDFUE). It is entitled *The scope of the Charter of Fundamental Rights of the European Union: in which situations are the Member States bound by its provisions?*,

Next, the reader will find a text by Joaquim FREITAS DA ROCHA and Andreia BARBOSA on *Misconceptions about the secularity of the State (constitutional perspective)*. The authors seek to identify the misunderstandings that have been built up about the secularity of the State. Such misunderstandings generate an unjustified stigma about the confessionalism of the State and lead to the wrong perception that the realization of the Rule of Law and the guarantee of a developed society necessarily presupposes a rupture with the church.

The section is completed by an article by Vinicius AQUINI GONÇALVES, entitled *The supplementary supervision of financial conglomerates: characteristics and challenges*, in which he reflects on the theme of financial conglomerates and prudential financial oversight, the deficiencies in the transposition of the European law (dir. 2002/87/EC) for national law (DL 145/2006) and mentions some challenges to be faced in the future, such as conflicts between the rule of supplementary supervision and corporate law, the operation of shadow banking, regulatory fragmentation and the need for coordination among a large number of regulatory agencies.

We are, are always, indebted to the Foundation for Science and Technology for their support.

The General Editor,

Mónica Martinez de Campos

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt